

CARTOGRAFIA SOCIAL DA COMUNIDADE CURUPERÉ GRANDE NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ: SABERES TRADICIONAIS, TERRITÓRIO E AUTORREPRESENTAÇÃO

SOCIAL CARTOGRAPHY OF THE CURUPERÉ GRANDE COMMUNITY IN THE MUNICIPALITY OF ABAETETUBA, PARÁ: TRADITIONAL KNOWLEDGE, TERRITORY AND SELF-REPRESENTATION

CARTOGRAFÍA SOCIAL DE LA COMUNIDAD CURUPERÉ GRANDE EN EL MUNICIPIO DE ABAETETUBA, PARÁ: CONOCIMIENTO TRADICIONAL, TERRITORIO Y AUTORREPRESENTACIÓN

Ávila Pinheiro Leão¹

Rafael da Silva Paiva²

Elaine Queiroz Silva³

Rômulo Oliveira Abreu⁴

Ariadina Cristina de Oliveira Azulino⁵

Raquel da Silva Souza⁶

RESUMO: Este artigo analisa a experiência de cartografia social desenvolvida na comunidade tradicional ribeirinha de Curuperé Grande, situada na zona rural do município de Abaetetuba, nordeste do estado do Pará, a partir da prática de estágio do curso de Especialização em Geotecnologias Aplicadas ao Desenvolvimento Territorial Rural da Universidade Federal do Pará. Parte-se do pressuposto teórico de que a cartografia social se assenta no princípio da autorrepresentação do sujeito que se apropria do território e nele constrói sua identidade, distinguindo-se da cartografia convencional pelo protagonismo conferido aos agentes sociais mapeados. Metodologicamente, o estudo combina pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa e pesquisa de campo, valendo-se de observação direta, entrevistas semiestruturadas e questionário com perguntas abertas aplicado aos moradores. Os resultados evidenciam que a comunidade vivencia, desde a instalação de um empreendimento agroindustrial nas proximidades, processos de degradação do igarapé que historicamente sustentava suas práticas de subsistência, lazer e sociabilidade, o que reforça a urgência de instrumentos participativos de leitura territorial.

Palavras-chave: Cartografia Social. Território. Comunidades Tradicionais. Amazônia. Geografia.

¹ Especialista em Geotecnologias Aplicadas ao Desenvolvimento Territorial Rural - Universidade Federal do Pará.

² Mestre em Ciências Ambientais - Universidade Federal do Pará.

³ Graduada em Língua Inglesa - Centro Universitário Fibrá.

⁴ Especialista em Arte Educação - Centro Universitário Internacional.

⁵ Especialista em Sociologia da Educação e Cultura - Universidade Federal do Pará.

⁶ Especialista em Educação Contemporânea - Instituto Ânima.

ABSTRACT: This article analyzes the experience of social cartography developed in the traditional riverside community of Curupéré Grande, located in the rural area of the municipality of Abaetetuba, in the northeast of the state of Pará, based on the internship practice of the Specialization course in Geotechnologies Applied to Rural Territorial Development at the Federal University of Pará. It starts from the theoretical premise that social cartography is based on the principle of self-representation of the subject who appropriates the territory and constructs their identity within it, distinguishing itself from conventional cartography by the protagonism conferred on the mapped social agents. Methodologically, the study combines bibliographic research, a qualitative approach, and field research, using direct observation, semi-structured interviews, and a questionnaire with open-ended questions applied to the residents. The results show that the community has been experiencing, since the installation of an agro-industrial enterprise nearby, processes of degradation of the stream that historically sustained its subsistence, leisure, and sociability practices, which reinforces the urgency of participatory instruments for territorial reading.

Keywords: Social Cartography. Territory. Traditional Communities. Amazon. Geography.

RESUMEN: Este artículo analiza la experiencia de cartografía social desarrollada en la comunidad ribereña tradicional de Curupéré Grande, ubicada en la zona rural del municipio de Abaetetuba, en el noreste del estado de Pará, a partir de las prácticas profesionales del curso de Especialización en Geotecnologías Aplicadas al Desarrollo Territorial Rural de la Universidad Federal de Pará. Parte de la premisa teórica de que la cartografía social se basa en el principio de autorrepresentación del sujeto que se apropia del territorio y construye su identidad dentro de él, distinguiéndose de la cartografía convencional por el protagonismo otorgado a los agentes sociales cartografiados. Metodológicamente, el estudio combina la investigación bibliográfica, un enfoque cualitativo y el trabajo de campo, utilizando la observación directa, entrevistas semiestructuradas y un cuestionario con preguntas abiertas aplicado a los residentes. Los resultados muestran que la comunidad ha estado experimentando, desde la instalación de una empresa agroindustrial cercana, procesos de degradación del arroyo que históricamente sustentaba sus prácticas de subsistencia, ocio y sociabilidad, lo que refuerza la urgencia de contar con instrumentos participativos para la lectura del territorio.

Palabras clave: Cartografía Social. Territorio. Comunidades Tradicionales. Amazonia. Geografía.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre populações tradicionais amazônicas e seus territórios ultrapassa a dimensão meramente física do espaço, configurando-se como um campo de disputas simbólicas, políticas e econômicas. Nesse cenário, a cartografia social vem se consolidando, desde a década de 1990, como instrumento de leitura territorial que rompe com a lógica cartográfica convencional, centrada na neutralidade técnica e na precisão euclidiana, para privilegiar o espaço vivido, percebido e concebido pelos próprios sujeitos sociais.

Este artigo tem por objetivo analisar os aspectos teóricos e práticos da cartografia social a partir da experiência de estágio realizada na comunidade tradicional de Curupeté Grande, localizada na zona rural do município de Abaetetuba, nordeste do estado do Pará. A escolha do tema justifica-se pela relevância da cartografia social enquanto instrumento de participação social, política e econômica dos povos tradicionais em defesa de seus territórios, bem como pela carência de estudos que sistematizem experiências práticas de mapeamento participativo em comunidades ribeirinhas amazônicas de pequeno porte.

Compreendida não como uma técnica de representação em si, mas como um processo que envolve percepção, concepção e representação, a cartografia social tem como princípio fundamental a autorrepresentação do sujeito que se apropria do território (Acselrad et al., 2013). Trata-se de uma prática social, pois não se restringe a localizar e distribuir elementos no espaço representado, mas busca expressar, por meio do mapa, a teia de relações muitas vezes conflituosas que constitui o território.

Para o alcance do objetivo proposto, este artigo caracteriza-se, quanto aos procedimentos técnicos, como pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos científicos e materiais disponibilizados em sítios eletrônicos e revistas especializadas. Do ponto de vista da abordagem, trata-se de pesquisa qualitativa, uma vez que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados constituem elementos centrais do processo investigativo. Complementarmente, caracteriza-se como pesquisa de campo, na medida em que buscou respostas para um problema específico a partir do contato direto com a realidade estudada. Os instrumentos de coleta de dados envolveram observação direta, entrevistas e questionário com perguntas abertas e fechadas aplicado aos moradores da comunidade.

Para uma melhor compreensão do relato das experiências vivenciadas, o presente artigo está organizado em seis seções, além desta introdução. Na segunda seção, discutem-se os fundamentos teóricos e conceituais da cartografia social e de sua vertente amazônica, a Nova Cartografia Social, articulando-os às noções de território e identidade em comunidades tradicionais. Na terceira seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na quarta seção, caracteriza-se a comunidade Curupeté Grande e descrevem-se as atividades desenvolvidas em campo. Na quinta seção, discutem-se os resultados obtidos, articulando-os ao referencial teórico. Por fim, na sexta seção, tecem-se as considerações finais do estudo.

2 CARTOGRAFIA SOCIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

2.1 A cartografia social como campo de atuação da Geografia

O ensino da Geografia tem por missão possibilitar que o estudante compreenda sua realidade a partir da construção social do espaço, num processo mediado pelo professor, mas protagonizado pelo próprio sujeito que se apropria do conhecimento produzido pela ciência geográfica e o reelabora para explicar a realidade em que está inserido (Costa, 2010). Nessa perspectiva, torna-se necessário construir novas estratégias e instrumentos de análise capazes de interpretar as tendências que configuram o mundo contemporâneo, uma vez que a compreensão dos povos e das sociedades não prescinde do estudo de seus territórios, posto que a identidade sociocultural dos sujeitos está invariavelmente ligada aos atributos da paisagem.

Historicamente, as representações territoriais oficiais estiveram voltadas a descrever, delimitar e, simbolicamente, possuir o real, subordinando-se aos imperativos dos sistemas políticos que se apropriavam do mapa como instrumento de dominação e de poder (Acsehrad; Coli, 2008 apud Neto; Silva; Costa, 2016). É na contramão dessa cartografia tradicional que emerge a cartografia social, ao propor novos elementos de prática cartográfica e ao construir um campo de possibilidades no qual o mapa resulta da relação entre pesquisadores e agentes sociais, questionando a legitimidade exclusiva conferida à cartografia acadêmica oficial (Santos, 2016).

4

Como proposta metodológica da ciência cartográfica, a cartografia social busca valorizar o conhecimento tradicional, popular, simbólico e cultural por meio de ações de mapeamento de territórios tradicionais, étnicos e coletivos (Gorayeb; Meireles; Silva, 2015). (Santos, 2012 apud Silva, 2019) a define como a cartografia elaborada pelos próprios grupos sociais que ela representa, um processo no qual os membros de determinado grupo registram quem são, onde e como vivem processo de automapeamento também denominado “mapeamento situacional”. Nesse sentido, acredita-se que a cartografia social configura-se como instrumento técnico-científico que possibilita a produção de documentos cartográficos a partir do olhar do sujeito social frente à sua realidade local (Silva, 2019).

Almeida (2010) reforça que o propósito da cartografia social é criar condições para que cada comunidade tradicional possa se autocartografar, considerando o que é de fato relevante para ela, aquilo que ela mesma considera essencial na natureza e na vida cotidiana. Trata-se, conforme Santos (2016), de um processo de construção coletiva que aproxima, em uma mesma

categoria de importância, pesquisadores e agentes sociais mapeados, não se tratando de mapeamento impositivo, mas de construção conjunta.

Cabe destacar, contudo, que o “mapeamento participativo” tornou-se também um requisito recorrente nos manuais de agências multilaterais, ao lado da noção de “participação comunitária” (Almeida, 2013). A implementação de projetos, programas e planos de desenvolvimento passou a incorporar esse instrumento, que idealmente permite à população local manifestar-se por meio de audiências e consultas públicas quanto às intervenções propostas em seu território. Esse duplo uso evidencia a ambiguidade constitutiva do campo: a cartografia social tanto pode operar como instrumento de emancipação e afirmação de direitos territoriais quanto ser apropriada por interesses institucionais externos, o que reforça a necessidade de se identificar, em cada experiência concreta, quem é o sujeito do mapeamento, qual sua forma, conteúdo e finalidade (Acsehrad, 2010).

2.2 A Nova Cartografia Social na Amazônia

A Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais consiste em projeto que visa implementar a autcartografia de povos tradicionais, de modo que estes não apenas compreendam os processos de ocupação de seus territórios, mas também fortaleçam a autoapropriação cultural de sua identidade coletiva (Pólis, 2009). Proposto pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida a partir da década de 1990, o projeto teve como marco inicial o mapeamento de comunidades impactadas pelo Programa Grande Carajás, voltado à exploração de minérios na Amazônia Legal, cujos estudos resultaram em mapas participativos utilizados como instrumentos de reivindicação de direitos frente a grandes empreendimentos econômicos (Silva, 2019).

Segundo Almeida (2013), os trabalhos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) analisam os processos diferenciados de territorialização em curso na região amazônica e sua relação com a emergência de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais identidades múltiplas, expressas em denominações locais como ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, indígenas, piaçabeiros, pescadores artesanais, castanheiros, artesãos e artesãs, quebradeiras de coco babaçu e peconheiros, dentre outras. Tal diversidade sociocultural amazônica reflete-se em processos próprios de territorialização, muitas vezes invisibilizados pelas representações cartográficas oficiais.

A ocupação do território, nesse contexto, é compreendida como algo gerador de raízes e identidade, na medida em que um grupo social não pode ser compreendido sem referência ao seu território, já que a identidade sociocultural das pessoas está invariavelmente ligada aos atributos da paisagem que habitam (Mobilizadores, 2014 apud Silva, 2019). Os territórios das comunidades tradicionais caracterizam-se, assim, por estarem fortemente ligados ao campo simbólico, e não apenas às relações de poder, propriedade ou controle político da hegemonia econômica circundante, aglutinando o sentimento de pertencimento à terra, à história, às lutas e às práticas cotidianas em uma conjuntura legitimadora dos territórios vividos.

Do ponto de vista operacional, o processo de construção do mapa social parte da demanda da própria comunidade, que solicita a realização do trabalho, seguindo-se idas iniciais ao campo para o estabelecimento de vínculos entre pesquisadores e o grupo social e a apresentação dos procedimentos de pesquisa (Santos, 2016). A partir de uma etapa de alfabetização cartográfica, inicia-se o diagnóstico da comunidade produção do chamado “mapa do presente”, com a definição de fronteiras, limites e localização de elementos sociais e naturais considerados identitários. Em seguida, são realizadas reflexões sobre o desejo da comunidade em relação ao seu território, dando origem aos “mapas do futuro”, referentes ao planejamento ideal, conforme as situações-problema levantadas durante a elaboração do mapa-diagnóstico (Mobilizadores, 2014).

6

A utilização de ferramentas e recursos técnicos nos processos de mapeamento participativo, tais como o Sistema de Posicionamento Global (GPS) e softwares de geoprocessamento, contribui para conferir ao mapa validade científica, transformando-o em documento com poder de negociação frente ao Estado e a outros agentes econômicos (Neto; Silva; Costa, 2016).

2.3 Território, identidade e comunidades tradicionais na Amazônia

A noção de território mobilizada pela cartografia social dialoga com formulações mais amplas da geografia contemporânea sobre a produção do espaço. Milton Santos (2006) compreende o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, resultante da relação entre a sociedade em movimento e as configurações territoriais historicamente herdadas. Rogério Haesbaert (2004), por sua vez, chama atenção para a multiplicidade de territorialidades sobrepostas em um mesmo espaço, sugerindo que, mais do

que um território único e homogêneo, as comunidades tradicionais vivenciam múltiplas territorialidades econômica, simbólica, política que a cartografia social busca justamente evidenciar.

Nessa direção, Paul Little (2002) propõe o conceito de território social para designar o conjunto de práticas e relações produzidas por um grupo social específico a partir do uso do espaço que ocupa, sendo o território o produto da territorialidade de um grupo, e não um dado geográfico preexistente. Já Antonio Carlos Diegues (1996), em sua análise sobre populações tradicionais e conservação ambiental, evidencia como os saberes de povos e comunidades tradicionais dentre eles os ribeirinhos amazônicos decorrem de um modo de vida constituído em estreita relação com os ciclos naturais dos rios, igarapés e florestas, o que os torna, ao mesmo tempo, guardiões e vítimas privilegiadas dos processos de degradação ambiental impostos por agentes externos ao território.

No caso específico das comunidades ribeirinhas amazônicas, Diegues (1999) afirma que o sujeito ribeirinho assume seu cotidiano e seu espaço de vida nas ilhas e várzeas, situando-os enquanto território por constituírem espaço de identidades e de valores. O rio, nesse contexto, não é apenas via de circulação, mas elemento estruturante das relações sociais nas dimensões econômica, política e cultural, marcando e demarcando temporalidades próprias o movimento das águas, os períodos de cheia e vazante, os ciclos do extrativismo que orientam a organização da vida comunitária.

É justamente por reconhecer essa complexidade que Acselrad (2010) enfatiza que, enquanto a cartografia convencional privilegia o espaço euclidiano, o território enquanto estado-nação, a precisão técnica e a pretensa neutralidade, a cartografia social prioriza o espaço vivido, percebido e concebido, tomando o conteúdo dos símbolos e o posicionamento político como princípios estruturantes. É na troca horizontal de saberes entre pesquisadores, técnicos e sujeitos sociais que se alicerça a produção do conhecimento sobre o território.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa caracteriza-se, segundo a tipologia proposta por Gil (1991), como pesquisa bibliográfica, por ter sido elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e material disponibilizado em meio eletrônico. Do ponto de vista da abordagem do problema, trata-se de

pesquisa qualitativa, uma vez que se considera existir uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade que não pode ser traduzido apenas em números, sendo a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados elementos básicos do processo investigativo.

A pesquisa qualitativa permite, conforme Lüdke e André (1986), a tentativa de captar a perspectiva dos participantes, cabendo ao pesquisador criar situações que possibilitem ouvir os informantes acerca do assunto em questão, considerando suas experiências, representações sociais e percepções sobre o território. Complementarmente, esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa de campo, na medida em que buscou respostas para um problema específico a partir do levantamento de dados e registros relevantes coletados diretamente na comunidade estudada (Marconi; Lakatos, 1990).

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se questionário elaborado conforme os preceitos de Marconi e Lakatos (1990), constituído por uma série ordenada de perguntas respondidas por escrito, sem a presença do entrevistador, cuja organização levou em conta os tipos, a ordem e os grupos de perguntas, bem como a percepção prévia sobre o tema investigado. As perguntas tiveram caráter aberto, ou livre, permitindo aos interrogados responder utilizando linguagem própria e emitir opiniões pessoais sobre sua realidade. A população da pesquisa constituiu-se pelos moradores da comunidade de Curupeté Grande, no município de Abaetetuba, Pará.

O trabalho de campo desenvolveu-se em etapas articuladas: (i) observação direta do lócus, com registro dos aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais da comunidade; (ii) aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a moradores, com vistas a compreender as principais dificuldades enfrentadas cotidianamente; (iii) capacitação básica em elementos de cartografia incluindo noções de escala, legenda e manuseio de instrumentos de localização por Sistema de Posicionamento Global (GPS); e (iv) realização de oficina de cartografia social, na qual os próprios moradores elaboraram coletivamente o croqui da comunidade, produto síntese do processo de autorrepresentação territorial.

4 A COMUNIDADE CURUPERÉ GRANDE: CARACTERIZAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4.1 Caracterização socioespacial da comunidade

A comunidade de Curuperé Grande está localizada no sudeste do município de Abaetetuba, na fronteira com o município de Igarapé-Miri, em zona rural de terra firme, na região nordeste do estado do Pará. A base econômica local assenta-se no agroextrativismo vegetal e em atividades voltadas à pesca, coexistindo na comunidade diferentes denominações religiosas e igrejas, além de escolas e áreas de lazer. O rio e os igarapés que cortam a região demarcam as relações sociais nas dimensões econômica, política e cultural, configurando, nas palavras de Diegues (1999), um território de identidades e valores próprios do sujeito ribeirinho.

No que se refere aos aspectos socioeconômicos, constatou-se que a maioria das famílias da comunidade situa-se em faixas de baixa renda, tendo na agropecuária com predominância do cultivo de açaí, mandioca e manga e na criação de suínos e aves suas principais fontes de subsistência. O extrativismo do açaí movimenta significativamente a economia local, ao lado de outras atividades complementares, como o funcionalismo público, o pequeno comércio, as olarias, a pesca artesanal e o beneficiamento de produtos derivados da mandioca, como a farinha, além da produção de carvão vegetal.

9

A identidade ribeirinha da comunidade manifesta-se em seus modos de vida e em suas estratégias de resistência e sobrevivência, que situam o grupo social enquanto sujeito coletivo capaz de demarcar e caracterizar territórios a partir de saberes tradicionais formas alternativas de relação com os ecossistemas locais e seus recursos, expressas nos usos da biodiversidade e em práticas cotidianas continuamente atualizadas pela cultura local.

4.2 Atividades desenvolvidas em campo

A partir das pesquisas de campo, deu-se início ao processo de diagnóstico da comunidade, com a observação sistemática do lócus e o levantamento dos principais elementos identitários do território. Na sequência, foram realizadas reflexões junto aos moradores acerca de seus anseios em relação ao território, subsidiando a produção de registros sobre o planejamento desejado para a comunidade, à luz dos problemas identificados ao longo da atividade.

Além da observação, foi utilizada a aplicação de entrevistas junto a moradores da comunidade, com o objetivo de compreender aspectos do cotidiano local e as principais dificuldades enfrentadas na atualidade. Os relatos evidenciaram, de forma recorrente, a percepção de que os problemas ambientais da comunidade intensificaram-se a partir da instalação de um empreendimento agroindustrial nas proximidades, ocorrida cerca de três anos antes da pesquisa, o qual passou a provocar danos ao igarapé local outrora descrito pelos moradores como um curso d'água de água cristalina, hoje comprometido pela poluição.

Segundo relatos dos moradores, o igarapé constituía historicamente fonte de água para consumo e higiene, espaço de lazer comunitário e insumo para o processamento da mandioca na produção de farinha, usos que se tornaram inviáveis diante da contaminação da água, obrigando parte das famílias a recorrer à perfuração de poços particulares como alternativa de abastecimento. Os moradores associaram a poluição do igarapé ao despejo de dejetos na comunidade fezes, carcaças de animais e materiais em decomposição lançados na bacia de contenção do empreendimento que teriam seu curso direcionado aos rios e igarapés da região, sem que, segundo os entrevistados, houvesse contrapartida em geração de emprego, renda ou medidas de restituição ambiental para a comunidade.

Ao término da etapa de observação e das entrevistas, foram oferecidas orientações à comunidade sobre a elaboração dos mapas sociais e sobre quais informações poderiam ser incorporadas à representação, com base no debate coletivo sobre as condições de vida locais. Esse processo culminou na produção do croqui da comunidade, produto final da oficina de cartografia social, no qual os moradores puderam expressar graficamente suas percepções sobre o território incluindo residências, áreas de cultivo, o curso do igarapé, equipamentos comunitários e a área de influência do empreendimento identificado como fonte de conflito socioambiental.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Interface entre a Geografia e a Cartografia Social

A ciência cartográfica constitui uma das áreas de atuação aplicadas à Geografia, permitindo mapear espacialmente determinado território e caracterizar seus processos sociais, políticos e econômicos. Nesse mesmo viés, a cartografia social apresenta-se como um ramo

dessa ciência voltado a atuar de forma crítica e participativa em territórios marcados por disputas sociais e por interesses simbólicos, culturais, ambientais e econômicos.

Conforme destaca Acselrad (2010), a cartografia social constitui modalidade de cartografia participativa cujas raízes se alicerçam em movimentos sociais, organizações não governamentais e pesquisas sociais, posicionando-se politicamente pela defesa do direito ao território para comunidades tradicionais e grupos sociais minoritários. O autor pondera, contudo, que tal modalidade não está isenta de ambiguidades, podendo também estar sujeita a interesses externos de instituições públicas e privadas a exemplo de agências multilaterais como o Banco Mundial que, sob discurso participativo, buscam subordinar os grupos sociais ao controle estatal ou à mercantilização dos bens materiais e imateriais de seu território.

Essa ambiguidade constitutiva reforça a importância de se observar, em cada experiência concreta de mapeamento, a determinação do sujeito responsável pela iniciativa, a forma de condução dos trabalhos, o conteúdo incorporado ao mapa e as finalidades pretendidas. No caso da experiência realizada em Curupeté Grande, a definição dos conteúdos do mapa social esteve orientada pela própria demanda da comunidade, cabendo aos moradores participantes da oficina decidir sobre os temas a serem representados e sobre a forma de tratá-los graficamente, o que reforça o caráter participativo e não impositivo do processo.

5.2 Percepções da comunidade sobre os conflitos socioambientais

Os relatos coletados junto aos moradores da comunidade Curupeté Grande revelam a centralidade do igarapé na organização da vida comunitária, tanto do ponto de vista material como fonte de água, insumo produtivo e via de sociabilidade quanto simbólico, enquanto elemento constitutivo da identidade ribeirinha. A percepção recorrente de degradação desse recurso hídrico, associada à instalação de empreendimento agroindustrial nas proximidades, evidencia um padrão amplamente discutido pela literatura sobre cartografia social: a tensão entre os projetos de desenvolvimento territorial promovidos por agentes econômicos externos e os modos de vida tradicionais historicamente consolidados nesses territórios.

Esse padrão dialoga diretamente com o histórico da Nova Cartografia Social da Amazônia, cujas primeiras experiências, ainda nos anos 1990, voltaram-se justamente ao mapeamento de comunidades impactadas por grandes empreendimentos extrativos na Amazônia Legal (Silva, 2019). Da mesma forma, o mapeamento social é hoje amplamente

empregado para instrumentalizar a defesa de direitos de populações tradicionais frente à instalação de usinas hidrelétricas, projetos de mineração, situações de grilagem de terras e ao não cumprimento de normas relativas à delimitação de terras indígenas e de áreas de preservação ambiental (Mobilizadores, 2014).

Nesse sentido, a experiência de Curupeté Grande confirma a pertinência da cartografia social como ferramenta capaz de tornar visíveis conflitos socioambientais que, de outro modo, tenderiam a permanecer restritos à esfera privada da comunidade, sem alcançar a visibilidade política necessária para subsidiar reivindicações junto ao poder público e aos órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização de empreendimentos que operam no entorno de territórios tradicionais.

5.3 O croqui como produto da autorrepresentação territorial

O croqui elaborado coletivamente pelos moradores de Curupeté Grande representa a materialização do princípio da autorrepresentação que fundamenta a cartografia social. Distinto de um mapa técnico convencional, o croqui incorporou elementos considerados relevantes pela própria comunidade: residências, áreas de cultivo, o curso do igarapé, equipamentos comunitários e a localização do empreendimento identificado como fonte de conflito, expressando, por meio da linguagem gráfica, a teia de relações socioambientais vivenciadas pelo grupo (Acselrad et al., 2013).

A produção desse tipo de documento cartográfico, conforme observam Neto, Silva e Costa (2016), contribui para conferir ao mapa social validade perante instâncias de negociação com o Estado, transformando-o em instrumento de reivindicação política. Some-se a isso a observação de Costa (2010), segundo o qual a construção de mapas sociais que podem representar o passado, o presente ou o futuro do território, sob a forma de mapas temáticos administrativos, econômicos, ecológicos ou de conflitos desencadeia processos de comunicação entre os participantes e evidencia diferentes tipos de saberes, que se articulam para compor uma imagem coletiva do território.

No caso analisado, o croqui cumpriu simultaneamente as funções de diagnóstico territorial e de instrumento de engajamento político da comunidade, ao tornar visíveis, em um único documento, tanto os elementos identitários do território quanto os problemas socioambientais enfrentados pelos moradores. Esse resultado corrobora a perspectiva de Santos

(2016), para quem a cartografia social não deve ser compreendida apenas como conhecimento voltado à interpretação de realidades rurais e tradicionais, mas como instrumento aplicável à leitura crítica de qualquer realidade territorial, tendo como diferencial o protagonismo dos agentes sociais no processo de construção cartográfica.

5.4 Limitações e potencialidades da experiência

A experiência de cartografia social realizada em Curupeté Grande apresentou, como toda prática de mapeamento participativo, limitações que merecem ser reconhecidas. O tempo relativamente curto de permanência em campo, próprio de uma atividade de estágio curricular, restringiu o aprofundamento de algumas etapas metodológicas preconizadas pela literatura, a exemplo do acompanhamento de diferentes ciclos sazonais do igarapé e da realização de rodadas sucessivas de validação do croqui junto ao conjunto da comunidade. Ainda assim, a experiência cumpriu papel relevante como primeiro exercício de diagnóstico participativo, capaz de subsidiar iniciativas futuras de continuidade do processo de automapeamento pela própria comunidade.

Entre as potencialidades identificadas, destaca-se a receptividade dos moradores ao processo, expressa na disposição para participar das entrevistas e da oficina de construção do croqui, o que reforça a viabilidade de se estabelecer parcerias de médio e longo prazo entre a universidade e comunidades tradicionais da região das ilhas de Abaetetuba. Tal continuidade poderia envolver, por exemplo, o monitoramento participativo da qualidade da água do igarapé, a atualização periódica do mapa social e a articulação dos resultados obtidos com órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização de empreendimentos instalados no entorno de territórios tradicionais, ampliando o alcance político do instrumento cartográfico produzido coletivamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar aspectos teóricos e práticos da cartografia social a partir da experiência de estágio desenvolvida na comunidade tradicional de Curupeté Grande, em Abaetetuba, Pará. A discussão empreendida evidenciou a interface entre a Geografia e a cartografia social, confrontando as percepções de mapa social construídas coletivamente pelos moradores com o instrumental teórico-conceitual que sustenta essa vertente cartográfica.

Embora seja possível identificar diferenças entre o que se convencionou chamar de cartografia oficial e cartografia social sobretudo quanto ao privilégio conferido pela primeira às representações técnicas e à pretensa neutralidade, observou-se que ambas as abordagens podem se complementar nos processos de formação de profissionais da Geografia e da Cartografia, sem que uma se confunda com a outra.

A experiência de campo permitiu constatar a necessidade de se estar aberto ao inesperado, de valorizar os saberes dos sujeitos locais e de contextualizar a escala comunitária nas dimensões nacional e global, articulando imagens e mapas situacionais como forma de engajamento político e de proposição de encaminhamentos junto à comunidade. Evidenciou-se, sobretudo, a importância de haver inter-relação entre os agentes sociais envolvidos e os princípios que orientam a cartografia social enquanto prática político-pedagógica.

Ao final deste artigo, compreende-se que o elemento não negociável do processo é a autcartografia a socialização de experiências, a valorização dos sujeitos sociais e a busca por uma compreensão mais elaborada do espaço geográfico vivido. A degradação identificada pelos moradores no igarapé de Curupeté Grande, associada à presença de empreendimento agroindustrial nas proximidades, reforça a urgência de instrumentos participativos de leitura territorial capazes de subsidiar a defesa de direitos coletivos frente a processos de expansão econômica sobre territórios tradicionais. Recomenda-se, para estudos futuros, o aprofundamento de pesquisas que articulem a cartografia social a instrumentos de monitoramento ambiental participativo, de modo a fortalecer a capacidade de resposta das comunidades tradicionais amazônicas frente a impactos socioambientais em curso.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.). Cartografia social e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.
- ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nunes (org.). Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. Manaus: PNCSA/UEA Edições, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Povos e comunidades tradicionais. Manaus: PNCSA/UEA, 2013. p. 157-173.

COSTA, Manoel Messias Moraes da. Conhecendo a cartografia social: técnicas, vantagens e limitações. Caderno Temático: O Professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense. Curitiba: SEED/PR, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.). Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; SILVA, Edson Vicente da. Princípios básicos de cartografia e construção de mapas sociais. In: GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; SILVA, Edson Vicente da (org.). Cartografia social e cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. p. 9-24.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LITTLE, Paul Elliott. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002. (Série Antropologia, n. 322).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990.

MOBILIZADORES, Rede. A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. Oficina do Eixo Erradicação da Miséria, 2014.

NETO, Francisco Otávio Landim; SILVA, Edson Vicente da; COSTA, Nátane Oliveira da. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 18, n. 2, p. 56-70, set. 2016.

PÓLIS, Instituto. Cartografia social para povos e comunidades tradicionais. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

PUSSININI, Nailane; PIDORODESKI, Angela; TOLEDO, Bruno Henrique Cezar. Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais no Paraná: novas perspectivas temáticas para a cartografia. Entre-Lugar, Dourados, ano 3, n. 5, p. 19-36, 2012.

SANTOS, Dorival dos. Cartografia social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. *InterEspaço*, Grajaú, v. 2, n. 6, p. 273-293, maio/ago. 2016.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, Girlan Cândido da. A importância da cartografia social no automapeamento das comunidades tradicionais frente aos conflitos do desenvolvimento estatal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA, 13., 2019, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPEGE, 2019.